

## **SOBERANIA E EDUCAÇÃO: OS INSTITUTOS FEDERAIS COMO PROJETO DE NAÇÃO**

### **SOVEREIGNTY AND EDUCATION: THE INSTITUTOS FEDERAIS AS A NATION PROJECT**

Rodolfo Fiorucci<sup>1</sup>

Eliezer Moreira Pacheco<sup>2</sup>

**Resumo:** A tese do artigo foca no papel central da educação na construção da soberania nacional, podendo ser elemento positivo ou negativo no processo de conquista de autonomia das sociedades. Propõe-se, aqui, que países subdesenvolvidos e emergentes que não ofertam educação de qualidade socialmente referenciada ocupam posição de fragilidade na geopolítica internacional, o que facilita sua dominação e manipulação. O recorte é dado ao pós-crise econômica de 2008 e seus impactos no evento conhecido como “Primavera Árabe” e, principalmente, no Brasil, destacando a importância dos Institutos Federais no projeto de soberania brasileira.

**Palavras-chave:** Institutos Federais; soberania nacional; educação e política.

**Abstract:** The paper thesis focus on the central role of education in the national sovereignty, being positive or negative item in the society process of autonomy achievement. The aim is to show how countries with low level educational are more open to suffer state coups, as example has been chosen the “Arab Spring” and the brazilian State Coup. Finally, in Brazil case, the Federal Institutes are appointed as the main public policy of education to build the national sovereignty.

**Keywords:** Federal Institutes; national sovereignty; education and politics.

---

<sup>1</sup> Instituto Federal do Paraná – Campus Londrina / Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Faculdade de Educação.

<sup>2</sup> Professor aposentado. Ex-Secretário de Educação de Porto Alegre-RS. Foi presidente do INEP (2004/2005) e Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (2005/2012).

## INTRODUÇÃO

Começemos com um clichê: sem educação de qualidade não há desenvolvimento (é óbvio, mas parece que precisa sempre ser repetido). Mas também não há soberania. E uma nação não soberana será sempre alvo fácil de interesses internacionais, privados, golpes, subdesenvolvimento, retrocessos e manipulações.

Um povo que não desenvolveu a capacidade de pensar sempre será instrumento do autoflagelo, embora creia ser dono da própria consciência. A experiência neoliberal aplicada à educação no Brasil, e noutros rincões, esvaziou o pensamento crítico, a capacidade analítica e o pensamento complexo, introduzindo uma lógica tecnicista e conteudista nos currículos, cuja função escolar se resume a reproduzir conteúdos mecanicamente.

Nesse sentido a escola, salvo exceções, assume dois papéis: de *adestramento* (públicas) e de *instrumentalização* (particulares). As públicas, onde está a maior parte das crianças e jovens do país, provenientes em maioria das classes menos abastadas, têm o papel de resignar esse grande grupo social, adestrá-los, pacificá-los e acomodá-los com o discurso de que basta se esforçar que é possível “chegar lá”, ao passo que também justifica e naturaliza o *modus vivendis* capitalista, como se fosse justo, louvável e objetivo geral o acúmulo de riqueza em diminutas frações sociais. Enfim, o discurso da meritocraciailhada, aquela que só depende de você como se não houvesse história, sociedade e estrutura de classes em torno de cada um, dominou a narrativa escolar.

As escolas particulares, por seu turno, ainda paradas no tempo, na ilusão de atender às classes médias que sonham com as tradicionais profissões de “doutores” (medicina, engenharia e direito), instrumentalizam crianças e adolescentes a se tornarem “robôs” de vestibulares e ENEM. O objetivo dessas escolas é focar em conteúdos, técnicas de realizar provas de múltipla escolha e memorização, à revelia do desenvolvimento cidadão, humano, ético, crítico, legal e complexo; além disso, estudam provas de vestibulares anteriores de variadas universidades para tentar prever e orientar

seus estudantes em como se sair bem nesses provões (ver FIORUCCI, 2020, p. 183-198).

Ambas, no entanto, estão datadas, sem capacidade de compreender as mudanças estruturais no mundo do trabalho e, por isso, condenando a juventude à obsolescência programada, a serem parte de uma grande classe de inúteis (Ver o subcapítulo “A classe inútil”, em HARARI, 2016).

O fato é que, aceleradamente, todas as profissões hoje podem, potencialmente, serem substituídas por máquinas, automação, inteligência artificial e internet das coisas. Esse alerta é feito pelo próprio Fórum Econômico Mundial em vários estudos nomeados *Future of Jobs*, nos quais apresenta dados relevantes da substituição de humanos por não-humanos nas mais diversas atividades, inclusive nas de “doutores”, tão desejadas pelas classes médias.

Esse tipo de educação esvaziada, reforçada pela desvalorização das Ciências Humanas - algo evidente na Reforma do Ensino Médio promovida durante o governo de Michel Temer -, vem gerando uma sociedade altamente idiota<sup>3</sup> (na concepção grega), embora tecnicamente formada (maioria na classe média). Como a educação optou por rejeitar a discussão política, mesmo em termos científicos, numa deturpação da racionalidade pedagógica alegando ser “doutrinação” e partidarismo, há décadas o país produz sujeitos com deficiência cívica, como diria Milton Santos.

Ao se afirmar que a “Educação optou” rejeitar o debate político, obviamente se faz uma generalização, mas que tem um objetivo didático, pois é muito presente a resistência aos debates políticos nas instituições escolares, especialmente dos temas classificados como progressistas. Tanto nas públicas como nas particulares há receio, medo ou opção ideológica que represa o debate, algo facilmente observável nas últimas duas décadas, pelo menos.

Essa atrofia significativa da capacidade de pensar amplamente, aliada à doutrinação neoliberal constante empregada pelas “instituições de sequestro”

---

<sup>3</sup> A palavra “idiota” tem origem grega, *idiótes*, que significa o homem fechado em si mesmo, preocupado apenas com suas questões particulares. Era também referência à ignorância e estupidez, pois eram sujeitos incapazes de participar da vida pública, dos assuntos políticos, devido a baixa competência e cognição para tal.

(nos termos foucaultianos) como escolas, universidades, igrejas, mídia, sistema de justiça, famílias, parlamento etc, tornou o Brasil presa fácil dos interesses financeiros internacionais. Como a sociedade é, em termos gerais, “idiota”, fica à mercê de manipulações hoje implementadas por meio da guerra híbrida<sup>4</sup>, com potente uso das redes sociais.

A isso se deve a aprovação de medidas claramente antissociais dentro do parlamento (Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, Teto de Gastos, Privatizações, “Arcabouço Fiscal”) e com apoio massivo de uma população embasbacada e preocupada se o filho do super-homem pode ser bissexual (como denotou uma polêmica que ganhou as redes sociais algum tempo atrás).

No entanto, como a classe média possui diploma e algum conhecimento técnico sobre profissões de “doutores”, crê possuir uma inteligência que, de fato, não possui; e sente-se apta a opinar sobre qualquer coisa. Inclusive muitos sujeitos com doutorado sofrem com perceptível limitação intelectual, pois são altamente técnicos em assuntos muito específicos, mas completos ignorantes sobre o mundo que os cerca.

A essa superestimada percepção de si, muito presente na classe média, os psicólogos e professores David Dunning e Justin Kruger, da Universidade de Cornell nos EUA, chamaram de “Síndrome da Superioridade Ilusória” ou efeito “Dunning-Kruger”, que é

a expressão empregada para designar a ignorância, a incapacidade, a inconsciência ou falta de habilidade das pessoas em reconhecer a própria incompetência e seus erros, bem como em estimar a dificuldade de tarefas e atividades nas quais estão envolvidas (MIGUEL, 2017, p. 277).

Dunning e Kruger, ademais, mostraram que quanto menos habilidades cognitivas as pessoas têm, menor sua capacidade de discernir sobre a qualidade de sua própria performance e dos outros (DUNNING; KRUGER, 1999, p. 1131). E concluem:

---

<sup>4</sup> Termo usado para caracterizar uma tática hodierna de guerra utilizada pelas nações imperialistas a fim de desestabilizar regiões em que haja interesse exploratório. Grosso modo, trata-se de estudo realizado sobre as características de uma sociedade para manipulá-la a partir de temas sensíveis. No caso do Brasil é efetiva a manipulação de temas morais, como corrupção, religião, gênero, drogas, aborto, criminalidade etc. Temas esses bem característicos de nações pouco desenvolvidas intelectualmente.

In sum, we present this article as an exploration into why people tend to hold overly optimistic and miscalibrated views about themselves. We propose that those with limited knowledge in a domain suffer a dual burden: Not only do they reach mistaken conclusions and make regrettable errors, but their incompetence robs them of the ability to realize it (Idem, p. 1132).

As recentes manifestações de porções numerosas da sociedade brasileira sobre assuntos simples e que sequer deveriam ser considerados temas sérios de debate público, como “vacina tem chip”, “remédio de piolho cura covid”, “Terra é plana”, “comunismo quer tomar o país”, “mamadeira de piroca”, “cartilha gay”, “vacina causa AIDS”, entre outros, dominam o cenário. Isso revela o baixo nível educacional da sociedade que, fechados em seus pequenos mundos, são incapazes de discernir sobre temas relevantes e não relevantes para a própria vida e a vida social – sendo a classe média muito ativa em debater e repercutir essas superficialidades.

Na incapacidade cognitiva de avaliar de forma estrutural as intempéries políticas e as agruras da população, toda essa massa mal-formada, composta geralmente por analfabetos políticos e sociais, agarra-se em temas moralistas para fazerem um debate público completamente viciado e aleatório, sem tocarem em questões pertinentes.

No início de 2022 fomos obrigados a assistir o decadente espetáculo promovido pelo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que, em uma audiência pública, discutiu se uma vacina aprovada nos principais órgãos sanitários e de saúde no mundo deveria ser aplicada em crianças, sob a tutela do que se convencionou chamar de médicos negacionistas. Ainda em 2025, vê-se médicos graduados defendendo remédios comprovadamente ineficazes, inclusive sendo eleitos para altos postos de liderança no campo médico brasileiro, como a assunção, em 2024, à representação do Estado de São Paulo no Conselho Federal de Medicina, de dois médicos defensores do “kit cloroquina” usado durante a pandemia de COVID19 no Brasil.

Como afirmamos no início, essa destruição educacional que prejudica a inteligência tem efeitos deletérios amplos, que não só prejudica o indivíduo transformado em massa de manobra, mas as soberania e segurança nacionais.

É essa idiotia ampliada que permite a perenização de ditaduras, sejam as do dinheiro, da política, da justiça ou qualquer outra.

## **CRISE E SOBERANIA: QUANDO A NÃO-INTELIGÊNCIA CUSTA CARO**

É pedagógico notar que os países subdesenvolvidos e emergentes são sempre atacados pelas nações imperiais, via bélica ou não. Mormente, em tempos hodiernos, os que sustentam uma certa estrutura democrática têm suas soberanias maculadas por golpes não bélicos, por meio do que se convencionou classificar como guerra híbrida ou guerra cultural. Os países com governos autoritários são financiados e mantidos pelas nações ricas e, quando deixam de se prostrar a essas, sofrem ataques militares (ou não) para “levar democracia à população”.

O que ambos os casos têm em comum é que o sistema educacional é falho, doutrinário-ideológico e elitista, o que facilita sobremaneira o subjugo dessas nações. Isso ocorre principalmente por três razões: 1) Quem dita as políticas educacionais dos países democráticos pobres ou emergentes são organismos internacionais como UNESCO e Banco Mundial, barganhando liberação de empréstimos financeiros, e nacionais, por meio de conglomerados privados educacionais e fundações muitas vezes ligadas a *Think Tanks* estadunidenses; 2) Os sistemas educacionais das ditaduras são limitados, pouco acessíveis e censurados; 3) Em ambos há a conivência das elites locais no processo de expropriação das riquezas dessas nações, desde que essas mesmas elites se mantenham no poder local e endinheiradas – vide a taxa Selic brasileira a quase 15% a.a, sem nenhum critério econômico justificável para esses juros que sugam as finanças públicas brasileiras para o mercado do rentismo.

Tomemos um caso recente para exemplificar como uma pedagogia escolar limitada incorre em grandes traumas para as sociedades: a crise de 2008. Aliás, cabe aqui um esclarecimento: o termo correto para o sistema

escolar brasileiro (e outros), salvo exceções, não é “**educação**”, mas “**ensinação**”, pois não se realiza educação nessas escolas, como exarado. Servem, no mais das vezes, para adestrar ou instrumentalizar.

A crise de 2008 é consequente da ganância voraz e da irresponsabilidade social típicas do neoliberalismo em sua versão financeira. Bancos, corretoras, grandes fundos de investimentos etc, inventaram produtos financeiros sem qualquer lastro (as famosas *subprimes*) apenas para auferirem lucros incalculáveis. No caso específico da crise de 2008 que se iniciou nos EUA, o mercado financeiro gerou uma bolha imobiliária que não se sustentou, o que causou falência de bancos, corretoras, seguradoras e negócios, gerando uma queda brutal nas bolsas de valores do mundo todo, que só foi controlada com injeção de trilhões de dólares de recursos públicos no setor privado (Ver JUNIOR; FILHO, 2008). Para salvar o setor privado irresponsável, pareceu que o Estado não precisava ser mínimo.

Frente à crise econômica, os EUA mais uma vez reativaram sua máquina de golpes de Estado, que foi voltada principalmente para o Oriente Médio, Norte da África e América Latina. Há quem ainda sustente que até mesmo os EUA foram tomados de surpresa pelas manifestações conhecidas como “Primavera Árabe”, cujo estopim se deveu à autoimolação praticada pelo estudante tunisiano Mohamed Bouazizi, que ateou fogo ao próprio corpo, em 17 de dezembro de 2010, após confisco pela polícia das frutas que vendia.

Essa desesperada atitude protestava contra as condições de vida miseráveis para grande parte da população na Tunísia e das repressões das forças policiais contra os pobres. O ato de Mohamed estimulou outros povos a se manifestarem, o que gerou uma onda de protestos no Oriente Médio e Norte Africano. Esses países, em sua maioria com governos autárquicos e autoritários, compartilhavam de problemas sociais parecidos, embora cada qual com suas características internas.

A raiz desses levantes está, por um lado, nos contornos políticos redesenhados na região por Inglaterra e França após a 2ª Guerra Mundial e, por outro, na herança neoliberal do final do século XX e na interferência bélica do Ocidente no Oriente Médio, no século XXI (BISSIO, 2012, p. 6). Ou seja, a

construção de um contexto tensionado e perigoso não foi nenhuma surpresa para as nações ricas, pois pôde ser acompanhado e analisado durante décadas por forças imperialistas.

Isso é confirmado por Tereza Botelho ao mencionar memorandos do próprio presidente estadunidense, Obama, em maio de 2010, que alertava para um potencial levante popular nos países da região. E se preocupava em como os EUA se portariam nesse cenário, já que certamente os governos autoritários reagiriam de maneira violenta contra seu próprio povo. Obama precisava não desagradar esses regimes aliados ao mesmo tempo em que não podia apoiá-los, pois repercutiria negativamente contra a pretensa postura de defesa da democracia e dos direitos humanos sustentada pelos norte-americanos (2011, p. 122). Botelho complementa:

No mesmo memorando, Obama dá instruções ao CNS para iniciar um processo de reavaliação da leitura americana da região, traçando uma estratégia sobre reforma política detalhada, país a país, recalibrando a sustentabilidade do tradicional apoio a regimes aliados na região com um impulso no sentido da reforma dos mesmos. Na sequência deste memorando, um grupo de estudo de que faziam parte tanto defensores da agenda intervencionista, como Samantha Power, como peritos experimentados no Médio Oriente com uma distinta folha de serviço a várias administrações, como Dennis Ross, prepara um relatório detalhado que é concluído em Dezembro de 2010, pouco tempo antes do início das manifestações na Tunísia (Idem, p. 122).

Portanto, vê-se que as “revoluções coloridas” que se espalharam pela região não foi nenhuma surpresa e contou com influência dos EUA, que jogou as cartas geopolíticas de acordo com seus interesses pós crise de 2008 e, curiosamente, uma vez mais, numa região assentada em gigantescos poços de petróleo.

A educação é fundamental nesse processo (ou a falta dela). Ainda que a carestia do mundo real afete as emoções da população, essa tensão difusa precisa ser direcionada, o que é feito pelos mecanismos de manipulações, *fake news*, algoritmos, mídia etc. Como não há capacidade populacional de compreender de forma minimamente complexa as engrenagens que levam à miséria, o ódio e a paixão são facilmente conduzidos pelos interesses dos donos do poder, sejam eles internos ou externos. Nesse caso, os EUA não

produziram o levante, mas controlaram e manipularam os mesmos em consonância com suas próprias demandas.

No caso do Brasil o processo foi distinto, ainda que possibilitado pela mesma base: o baixo desenvolvimento cognitivo de sua população. Desde a descoberta do pré-sal, em 2008, os EUA vinham espionando a Petrobrás e o governo brasileiro, como revelou os documentos vazados por Edward Snowden. A crise econômica norte-americana, naquele mesmo ano, estimulou a decisão de interferir politicamente no Brasil, posto que sob o governo petista dificilmente os EUA teriam acesso aos bens públicos e recursos naturais brasileiros.

Não cabe aqui uma análise profunda do processo de golpe continuado no país, mas apenas demonstrar que houve um movimento golpista articulado pelas classes dirigentes brasileiras e pelo Departamento de Estado dos EUA, que soube muito bem explorar nosso déficit educacional, cuja estratégia contou com atores nacionais importantes, como a mídia empresarial e parte de instituições de Estado como a Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário.

No idos de 2009, Dennis Hearne, cônsul geral dos EUA no Rio de Janeiro, relatava indignado ao seu país que o Brasil tinha reservado à Petrobrás a exploração do pré-sal, e logo explicou que articularia com os CEO's das petrolíferas estadunidenses mecanismos para derrubar a Lei do pré-sal junto a lideranças brasileiras (KANAN, 2018, p. 2). Talvez o político mais ativo nesse projeto de retirar do Brasil o direito de explorar o pré-sal tenha sido José Serra (PSDB), que protocolou projetos com essa intenção e fez *lobby* para serem aprovados.

No mesmo ano, Lisa Kubiske, diplomata dos EUA, criou o Projeto Pontes, que passou a financiar programas de formação de juízes e promotores brasileiros (entre eles Sergio Moro) no combate à corrupção, onde foi gestada a Operação Lava Jato. Em encontros desse projeto foram discutidos temas como “cooperação internacional formal e **informal**”<sup>5</sup>, “confisco de bens”, “delação premiada” etc (Idem, p, 2 e 5).

---

<sup>5</sup> Não à toa foi descoberto que Procuradores da Lava Jato, capitaneados por Deltan Dalagnol, mantinham tratativas ilegais com o sistema de justiça dos EUA, inclusive fornecendo informações internas do país.

Toda a engrenagem golpista começou a se movimentar, portanto, para desorganizar a administração petista no Brasil. Aliás, não apenas era importante esse desmonte devido às riquezas nacionais, mas também para minar a ascensão dos BRICS<sup>6</sup>, cujo enfraquecimento do Brasil representaria a desaceleração desse grupo que poderia ameaçar o poder dos EUA internacionalmente.

Portanto, em acordo com sua estratégia geopolítica de ter a América Latina sob sua tutela, os EUA promoveram, aliado à burguesia agro-industrial-financeira brasileira, o golpe que levaria o país à crise econômica e crescimento da miséria, ao passo que as riquezas brasileiras passassem a sustentar boa parte da ascensão dos EUA após a crise de 2008.

Iniciou-se uma estratégia de várias frentes, valendo-se de setores da justiça brasileira, parlamento, mídia empresarial (que é uma espécie de departamento de marketing do mercado financeiro), cooptação de lideranças civis, militares, educacionais e evangélicas.

Aproveitaram um movimento que aparentemente surgiu espontaneamente, sobre o aumento de 20 centavos nas tarifas de ônibus em São Paulo, para colocar a máquina para rodar. Jovens brasileiros formados pela *think tank* estadunidense *Students for Liberty*, como o atual deputado federal Kim Kataguirí e outros líderes do que veio a ser chamado de Movimento Brasil Livre (MBL), atuaram ininterruptamente para se criar um clima de tensão e desconfiança sobre um governo que até então tinha mais de 80% de aprovação e com as menores taxas de desemprego da história. Tudo isso financiado pela *Atlas Network* (uma incubadora de *think tanks* nos EUA) e pelos irmãos Koch, bilionários estadunidenses com negócios e influência política em mais de 60 países (Ver COLOMBO, 2018, p. 75-84 e KANAAN, 2018, p. 4-6).

Esse clima foi inflamado pela mídia empresarial (Globo, Record, SBT, Band, Veja, O Estado de S. Paulo, Folha de São Paulo etc), pelos influenciadores digitais financiados por empresários brasileiros e internacionais

---

<sup>6</sup> BRICS é uma organização de 5 potências emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), apontado pelo banco norte-americano, Golden Sachs, em 2001, como possíveis potências políticas e econômicas no século XXI.

(propagadores de *fake news*), por algoritmos e por pastores neopentecostais cada vez mais imiscuídos em assuntos mundanos, como política e dinheiro.<sup>7</sup> O objetivo era conduzir a opinião pública a se voltar contra políticas que a beneficiassem, valendo-se de todos os meios de manipulações disponíveis. Tudo isso possibilitado pela hegemonia do dinheiro que domina a superestrutura das sociedades capitalistas.

Pela condição brasileira de país democrático, não poderiam organizar um golpe armado, mas sim “dentro das instituições”, “com o STF, com tudo”, corrompendo a Constituição à luz do dia, mas sem qualquer cobertura jornalística honesta nos grandes meios de comunicação.

Como foi ensinado a Sergio Moro numa conferência proferida pela Conselheira Jurídica dos EUA no Brasil, em 2009, Karine Moreno-Taxman, é preciso fazer o povo odiar um líder para prendê-lo. Moro aprendeu a lição e executou essa missão contando com a mídia, inúmeros pastores, o empresariado brasileiro e internacional, parlamentares de direita e até com o Supremo Tribunal Federal. Nessa mesma conferência, Taxman conclama autoridades judiciais brasileiras a manter um sistema informal de comunicação com autoridades do EUA (CARVALHO, 2021).

Passou-se a criar uma ideia de que Lula era bandido e líder de organização criminosa, como propagandou o *power point* apresentado pelo procurador Deltan Dalagnol, mesmo que “sem provas”, nas palavras do próprio procurador. O Jornal Nacional passava grande parte do seu tempo diário com uma tubulação de petróleo jorrando dinheiro como pano de fundo da bancada, enquanto os âncoras, com expressão sisuda, acusavam o PT e Lula de corrupção. E as redes sociais inflamavam as *fake news* jurídicas e midiáticas. Com atuação dos obscuros modos de funcionamento dos algoritmos dessas plataformas.

Ao mesmo tempo a Polícia Federal (alvo da palestra de Taxman, em 2009) realizava operações grandiosas - com homens armados e helicópteros -

---

<sup>7</sup> O documentário “O Império Malafaia”, lançado pelo Instituto Conhecimento Liberta, em 2025, é didático para demonstrar a ascensão desses pastores e igrejas tanto em termos políticos como econômicos, destacando o poder financeiro que passam a ter, aliado ao poder político.

na residência de Lula e de instituições e políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores, tudo contando com cobertura ao vivo da mídia.

Nessa toada, “dentro das instituições”, realizaram o impedimento da presidenta Dilma Rousseff com a aprovação do STF, mesmo sem crime de responsabilidade, e prenderam o ex-presidente Lula para retirá-lo das eleições de 2018, pois era o favorito como indicavam as pesquisas. O foco era implementar o programa da administração Michel Temer, o “Ponte para o Futuro”, que após 6 anos de execução destruiu a economia brasileira, elevou o desemprego, recolocou o Brasil no mapa da fome e reabriu a porteira da inflação e do golpismo cívico-militar, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Rafael Valim (2017, p. 29-30), em seu ensaio *Estado de Exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*, chama esse fenômeno de “mal estar da democracia contemporânea”, que seria uma democracia sem povo e a serviço do mercado. Com a subalternidade da política ao poder econômico, os governos e poderes legislativos franqueiam uma verdadeira aberração democrática, executando políticas e editando leis indecorosamente antissociais para adular seu mandatário maior, o mercado. Exemplos dessa legislatura anti-povo são as leis e reformas aprovadas pelos deputados e senadores da direita e do chamado “centrão” – e muitas vezes com a conivência de alguns políticos classificados como progressistas: Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, Teto de Gastos (substituído pelo “Arcabouço Fiscal”) e agora a retomada da Reforma Administrativa.

O Brasil é, salvo melhor juízo, o maior e melhor laboratório de golpes baseados em dominação ideológica e cultural na atualidade, com uso do *Lawfare*, Guerra Híbrida e domínio educacional.

## **OS INSTITUTOS FEDERAIS E O PROJETO DE BRASIL JUSTO E SOBERANO**

A soberania nacional talvez seja o mecanismo mais valioso para implementação de políticas para o desenvolvimento de um país. No entanto,

especialmente nos países subdesenvolvidos e emergentes, essa soberania é muito frágil e facilmente vilipendiada, como ficou explícito nos exemplos supracitados.

Como tese central desse texto, entende-se que a baixa qualidade educacional é elemento crucial na submissão de uma nação. Por isso a disputa em torno dos currículos e do caráter público ou privado dos sistemas educacionais é tão renhido. Para se manter as engrenagens de reprodução, acumulação e concentração de capital nas mãos de poucos é preciso controlar os currículos, professores e sistemas educacionais. No caso das escolas e universidades privadas, esse controle já é exercido, no mais das vezes, por identificação ideológica com a lógica do sistema. Porém, nas escolas e universidades públicas, esse embate se faz via políticas públicas, arregimentando prefeitos, governadores e parlamentares de direita para defenderem, aprovarem e executarem uma educação vazia, conteudista e adestradora.

Por se tratar o Brasil de um país com maioria da população conservadora, religiosa e pobre educacional e economicamente, os donos do poder conseguem controlar essa massa via debates moralistas, trazendo à superfície assuntos irrelevantes do ponto de vista científico e pedagógico, mas que se tornam o foco para implementação de políticas públicas educacionais. Temas como comunismo, “gayzismo” e “gênero”, chegando até a aberrações como “cartilha gay” e “mamadeira de piroca” são elencados nas pautas dos debates públicos via instituições de sequestro: mídia, igrejas, família, escolas.

Assim conseguem marginalizar as propostas racionais e qualitativas sobre educação que têm a ver com investimentos, mudança de currículo, formação de professores e políticas públicas de longo prazo.

No contexto em que, como orientou Moreno-Taxman a Sergio Moro, procuradores e policiais federais, era preciso fazer a população odiar um líder para prendê-lo, nada melhor do que mantê-la na extrema ignorância. E o caminho mais eficaz para isso é atacar as escolas que ousam oferecer educação de verdade, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Não à toa, em plena preparação para o golpe continuado no Brasil, surgiu o projeto de lei 867/2015, mais conhecido como Escola sem Partido, que foi abraçado pelo MBL e propagandeado de forma deturpada, num viés de criminalização do conhecimento, do senso crítico e de professores. Não é incomum ver os membros do MBL que se tornaram políticos, como Fernando Holiday e o ex-deputado “Mamãe Falei”, invadindo escolas para “mostrar” a “doutrinação comunista e gayzista” nas escolas. Ademais, Câmaras e Assembleias espalhadas pelo país colocaram em pauta esse projeto de lei que acabou sendo aprovado em algumas cidades. Isso gerou uma onda de perseguições e demissões de professores, numa espécie de inquisição “pedagógica”.

Essa proposta, como explicou Frigotto, visou substituir o diálogo crítico e analítico (visto como subversivo) pelo estímulo de pais e alunos ao ato de delatar (CIAVATTA, 2017, p. 8). Com a palavra “delação” em alta nos tribunais de exceção da Lava Jato, pareceu nobre delatar professores e professoras por cumprirem suas funções de educar, conseguindo criar o mito no país de que pensar, compreender política e economia e desenvolver pensamento crítico e analítico eram coisas de “comunistas subversivos”. É uma jogada tão genial que para manter a idiotização da juventude o capital contou (e conta) não só com a conivência, mas com o apoio dos pais.

Sob a ideologia da neutralidade do conhecimento e da redução do papel da escola pública de apenas instruir, esconde-se a privatização do pensamento e a tese de que é apenas válida a interpretação dada pela ciência da classe detentora do capital (FRIGOTTO, 2018, p. 29)

Não à toa os Institutos Federais (doravante IF) se tornaram um dos alvos principais no pós-golpe, junto às universidades federais. Os IF são sem sombra de dúvidas a maior e melhor política pública educacional na História Republicana. É uma rede pautada na educação profissional, científica e tecnológica num caráter disruptivo, numa nova institucionalidade nunca antes existente no Brasil, o que Eliezer Pacheco costuma classificar como o “inérito viável”, numa referência freiriana (2020, p. 4).

Não por acaso já nasceu sob a preocupação de possíveis boicotes a esse projeto de independência e soberania brasileira, como apontam

lideranças que conduziram o processo de implantação dessa nova cara da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, que alertavam que o futuro dos IF estava em aberto “dependendo de nossa ousadia, competência e compromisso político com um país soberano, democrático e justo socialmente” (VIDOR; RESENDE; PACHECO; CALDAS, 2011, p. 53).

Os anos pós-2016 demonstraram que não fomos capazes de manter a soberania e a democracia no Brasil, o que afetou significativamente os IF, não apenas no estrangulamento de seus orçamentos, como nas reiteradas tentativas de mudanças de sua Lei de Criação (11.892/2008) e de portarias que regulamentam o funcionamento da instituição. Talvez um dos ataques mais perniciosos aos IF partiu do deputado federal e pastor Cezinha de Madureira (PSD-SP), em projeto de lei que descaracteriza suas funções, missão e proposta de organização curricular, como também mina a democracia institucional tirando da comunidade acadêmica o direito de escolher seus reitores, passando essa decisão para o presidente da República. Algo que sequer foi necessário ser aprovado para que ocorresse, já que Jair Bolsonaro interveio em várias instituições à revelia da lei e com conivência do sistema de justiça, bem ao estilo dos tempos ditatoriais.

No encalço do ataque continuado aos Institutos Federais, veio uma leva de políticas retrógradas e datadas no campo educacional, como elevação da carga horária de aula às expensas da desvalorização da pesquisa, extensão e inovação, além da Reforma do Ensino Médio e a BNCC, que juntas implementaram categorias do universo *coaching* nos currículos, num esvaziamento brutal do conhecimento crítico e científico em favor de um ensino voltado para o empreendedorismo na sua versão neoliberal-financeira e desconectada da realidade brasileira. É o projeto educacional que veio para adestrar a classe trabalhadora após a reforma trabalhista que destruiu empregos e direitos, nomeado aqui de *BNCCoaching*. Com essa reforma do ensino médio a escola passa a ser o instrumento ideológico mais potente de naturalização da pobreza, numa lógica individualista de sucesso e empreendedorismo.

Os IF tinham a missão de formar cidadãos competentes para o novo mundo do trabalho brasileiro (que passava por intensa modificação com os investimentos durante os 3 primeiros governos do PT) e do próprio século XXI que, por sua vez, já vinha dando sinais da dissolução completa do que se assistiu no século XX em termos de trabalho. Cabe à educação reconhecer esse grande impacto já em gestação e oferecer aos estudantes e ao país caminhos de sobrevivência e modernização, algo que os IF fazem (faziam?) com maestria.

Se isolados do restante dos sistemas educacionais brasileiros, os IF estariam entre os 10 mais bem avaliados sistemas do mundo, em pé de igualdade com Coreia do Sul, Canadá e Hong-Kong, como apontou o PISA-2015 (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), o que demonstra o potencial de transformação que essa rede tem para alicerçar a transformação do Brasil em termos educacionais, produtivos, sociais e tecnológicos.

Tais resultados emergiram devido à uma política de valorização da educação de qualidade em nível federal, com investimento em infraestrutura, equipamentos, maquinaria e laboratórios, ao mesmo tempo em que valorizou o professor, com plano de carreira e salários dignos – o que foi retroagido na última década.<sup>8</sup> Esses elementos que levaram o Brasil ao topo do ranking mundial, desde 2016 vem sendo destruído.

Infelizmente, em audiência pública no Senado em que se discutia a reforma do ensino médio, em novembro de 2016, oportunidade em que o Diretor Geral do IFPR-Jacarezinho<sup>9</sup>, Rodolfo Fiorucci, apresentou uma reforma

---

<sup>8</sup> Mesmo com a vitória do PT na última eleição presidencial, a desvalorização dos profissionais da educação federal continuou, ainda que de forma menos radical. Ficou evidente o desdém com a classe de trabalhadores da educação o processo de negociação salarial conduzido em 2024, no qual o governo abandonou a mesa de negociação e deu o menor reajuste entre todas as carreiras do executivo. Mesmo com as categorias que haviam apoiado a perseguição ao PT e ao impedimento da Dilma, o trato e os percentuais foram bem mais generosos. O que demonstra o abismo em que se encontra a educação nacional.

<sup>9</sup> O IFPR-Jacarezinho foi reconhecido pelo MEC, em 2015, como uma das escolas mais inovadoras e criativas do Brasil. Além disso, esse campus recebeu o reconhecimento internacional da ASHOKA, como uma das 250 instituições mais transformadoras do mundo, obtendo o selo de *Changemaker Schools*. Ademais, dois documentários foram realizados sobre a inovação do campus: 1) Sementes da Educação; 2) Corações e Mentis: escolas que transformam.

curricular alternativa à proposta do governo Temer, deputados e senadores minoraram a importância de tal salto pedagógico alegando que os IF não são referência porque são “muito caros”. Parece que para muitos legisladores e governantes no Brasil investir em educação é um gasto desnecessário, mas salvar bancos e empresas irresponsáveis parece bem natural.

Contudo, independente da experiência singular do IFPR-Jacarezinho, a qualidade apresentada pelos IF se deve a uma proposta teórica mais adequada à contemporaneidade, numa junção de educação profissional com educação básica, dentro de um currículo chamado de integrado. Os IF desmontaram a histórica dualidade da educação brasileira que separava a formação profissional da propedêutica, que entendia a primeira como escola da classe trabalhadora e a segunda das classes mais abastadas.

Esse tipo de educação separatista obviamente nunca foi capaz de mudar os rumos do país e tampouco melhorar as condições de vida da população. Pelo contrário, sempre foi reprodutora da sociedade desigual que é a brasileira. O currículo integrado, aliado à política de inclusão social dos IF, pela primeira vez na história ofertou reais condições de emancipação social, intelectual e profissional para estudantes de baixa renda. Isso porque não se tratava apenas de disponibilizar cotas, mas de dar condições educacionais para esses jovens, permitindo-os terminar seus estudos sem evadirem.

Os IF, na elaboração de sua missão, têm como condição *sine qua non*, a “Inclusão, Permanência e Êxito”, o que era garantido - ainda que não para todos - por meio das políticas de assistência estudantil que marcaram seus primeiros anos de atuação, até 2015, quando começou a engrenagem do golpe a tomar forma. Eram disponibilizados aos estudantes necessitados auxílios alimentação, moradia e transporte, além de bolsas sociais de pesquisa (PIBID) e outras bolsas de pesquisa, extensão e inovação em concorrência ampla.

Não se tratava de assistencialismo puro, sem contrapartida, mas de condicionar jovens a se dedicarem aos estudos e serem capazes de superar o martírio da pobreza e desigualdade, ao mesmo tempo em que desenvolviam pesquisas e estudos que os qualificavam a exercer a cidadania e o trabalho com mais competência, o que por óbvio reverberaria numa evolução gradativa

e qualitativa da sociedade, transformando o país, pouco a pouco, num produtor de tecnologia e ciência ao mesmo tempo em que reduziria o fosso da desigualdade, desmantelando a estrutura da fome, da ignorância, da criminalidade e da violência. Afinal, uma sociedade educada e capaz cognitivamente é mais propensa a construir relações sociais menos desumanas.

O currículo integrado objetiva trabalhar os conteúdos tanto da área técnica como da área básica conjuntamente, sem divisões. É uma proposta que não reduz as ciências básicas a um papel coadjuvante na formação profissional, mas pelo contrário, entende que antes e primeiro de tudo é preciso ter cidadãos bem formados, pois apenas assim haverá profissionais capacitados a exercer papéis ativos no trabalho e não apenas de executores. Serão profissionais com visão ampliada, senso analítico, capacidade crítica e competências variadas, como a de resolução de problemas complexos. Trabalhadores que poderão tanto executar tarefas como gerenciar e planejar.

No sistema ifiano as ciências humanas não são menosprezadas – embora haja inúmeros currículos de cursos do IF Brasil afora que reduzem sobremaneira a carga horária de disciplinas das humanidades –, mas entendidas como base de compreensão do mundo social, político e econômico, conhecimentos esses indispensáveis para qualquer cidadão viver em sociedade com competência de identificar os problemas, as engrenagens do mundo, os vieses das políticas públicas, os mecanismos de extorsão da população via juros, os empecilhos para a alavancagem da economia, da produção e do trabalho, os subsídios e isenções quase trilionários aos setores mais abastados etc.

Se em pleno século XXI alguém da área educacional ainda sustentar as fantasias anticomunistas da guerra fria dentro dos muros escolares é porque ou foi muito mal formado (o que é bem capaz no sistema educacional presente) ou está com o nervo ético rompido, como dizia Darcy Ribeiro.

Os IF propõem a superação do subdesenvolvimento pelo único mecanismo sustentável: a educação de qualidade socialmente referenciada, sem se perder em devaneios ideológicos rasteiros plantados pelos donos do

capital (*fake news*) a fim de desvirtuar o debate racional e científico sobre educação. O objetivo é a formação omnilateral do educando, emancipando-o para agir e transformar a sua própria realidade e, conseqüentemente, a realidade social, quando dimensionado em grande escala. Afinal, como ensinou Boaventura de Souza Santos, sem justiça cognitiva global não haverá justiça social global.

Outro elemento de inovação dos IF é a verticalidade na educação. Isso significa que os mais de 670 campi espalhados pelo país trabalham a oferta de cursos pensando na formação continuada dos estudantes, isto é, há uma verticalidade lógica na abertura de cursos do ensino básico à pós-graduação. Por exemplo, um campus pode ofertar um curso técnico integrado ao ensino médio na área de informática e uma graduação em Tecnologia em Sistemas para a Internet; ou um curso técnico integrado na área de eletrotécnica e uma Engenharia de Controle e Automação; além de possíveis pós-graduações.<sup>10</sup>

Essa verticalidade proporciona a formação técnica e científica continuada, disponibilizando trabalhadores com alta qualificação profissional e cidadã. Também oportuniza aos estudantes do interior cumprirem seus itinerários educacionais sem a necessidade de se deslocarem para grandes centros, mantendo trabalhadores qualificados no interior.

Sem dúvida há um porém. O profissional qualificado só ficará no interior se houver oportunidades de trabalho nessas regiões e, nisso, reside outro importante papel dos IF no desenvolvimento equilibrado brasileiro. Os IF são instalados no interior também com o objetivo de atender e desenvolver os arranjos produtivos locais (APL), ou seja, disponibilizar conhecimentos, desenvolver inovações e ofertar mão de obra qualificada para a territorialidade em que está. Contudo, não apenas para dar suporte ao que já existe, como também para estimular o desenvolvimento de outros arranjos.

Como se percebe, os IF são um projeto sensato, racional e muito bem elaborado para o desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo em que trabalham na diminuição da desigualdade por meio da inclusão, permanência e

---

<sup>10</sup> Os IF também ofertam cursos técnicos de nível médio, cursos FIC (Formação Inicial e Continuada), Proeja (Educação Profissionais de Jovens e Adultos) e Licenciaturas.

êxito, desenvolvem ciência, tecnologia e inovação em todas as áreas, colaborando com os setores produtivos locais e sendo base para a criação de novos. Isso poderia criar um alívio para os grandes centros urbanos ao se desenvolver atrativos econômicos, formativos e profissionais para as indústrias, *start-ups* e empreendedores no interior do país, com trabalhadores capacitados e disponibilidade de desenvolvimento de soluções e inovações.

Tudo isso foi planejado como uma política de Estado e não de governo. Os IF deveriam ser o motor de transformação do país no setor educacional e, além disso, ser suporte de desenvolvimento pedagógico para as redes estaduais e municipais. No entanto, sofreu um revés significativo após o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016. Os cortes e contingenciamentos orçamentários reduziram drasticamente a assistência estudantil (gerando evasão dos mais pobres), minguaram as bolsas de pesquisa, extensão e inovação, além de sucatearem com as políticas e projetos de visitas técnicas, intercâmbios na rede, formação de servidores etc.

Ato contínuo barraram concursos e contratações, deixando cursos e estudantes sem professores e técnicos administrativos, levando ao fechamento de oferta de vagas de cursos já aprovados e em andamento. Os trabalhadores terceirizados foram demitidos, aumentando os índices de desemprego e pobreza, afetando os comércios locais. Também impediram planejamentos de compras de equipamentos e materiais de laboratórios e consumo, atingindo as empresas fornecedoras. É uma bola de neve de negativo impacto econômico e social.

Para completar o processo de descaracterização do maior projeto educacional da história do país, intentam elevar a carga horária de ensino dos professores, desvinculando a base do desenvolvimento científico, profissional e educacional que é a junção entre ensino, pesquisa, extensão e inovação. Com carga horária excessiva em sala, os docentes passam a ser meros reprodutores de conteúdos, sem tempo para mais nada. Estão fazendo com os IF o mesmo processo deletério sofrido pela educação pública brasileira nas últimas décadas, especialmente após a introdução de políticas neoliberais no Brasil.

E essa devastação escolar é um projeto de classe para a manutenção do *status quo*. Como numa dança harmônica, passo por passo foi se formando o design do suicídio intelectual da população brasileira. Com *fake news*, mídia representante do mercado financeiro, manipulação de algoritmos, ações criminosas de setores do sistema de justiça e poderio hipnotizador de pastores cada vez mais entregues ao mundanismo, conseguiu-se convencer a população que era preciso destruir o Estado e todos os direitos dos trabalhadores para que o país voltasse a ser “honesto”. Qualquer sujeito ou instituição que revelasse o grande embuste que essa dança significava era automaticamente acusado de doutrinador e comunista, especialmente professores.

No interior do país vários campi dos IF sofreram (sofrem) com ataques descabidos, com servidores sob acusações de serem doutrinadores e comunistas. Isso porque os estudantes dessas instituições são preparados para pensar criticamente, entender de política, serem capazes de analisar conjunturas e de raciocinarem cientificamente. Os IF, ao contrário do que são acusados, fazem esforço de desdoutrinar a juventude, trazendo elementos científicos para a compreensão do mundo e, evidentemente, isso é um perigo para a classe dirigente.

Como pensar qualitativamente é proibido, os IF devem ser sucateados. É assim que morre uma nação: quando permitem a morte de sua educação e, conseqüentemente, de sua soberania e independência. Como num organismo vivo, a morte acontece por dentro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os IF são entendidos aqui como o grande projeto educacional da história brasileira e, por isso, como potencial agente transformador do Brasil, que abandonaria sua condição subdesenvolvida e rumaria à soberania.

É evidente que à despeito dos ataques promovidos nos últimos anos por setores da sociedade civil, os IF têm muito a evoluir. Alguns equívocos que retardaram seu impacto positivo na sociedade estão ligados a alguns fatores

determinantes: uma política de contratação de professores ao estilo das universidades, o que gerou uma crise de identidade; a manutenção de currículos engessados e lineares, embora tenham avançado com a preponderância dos currículos integrados; a falta de política ampla de formação pedagógica dos professores das áreas técnicas; a lenta percepção da mudança acelerada do mundo do trabalho; a politicagem de alguns gestores que rifam a autonomia institucional em troca de emendas parlamentares; a burocratização elevada em termos de gestão, o que compromete a atuação dos servidores no cumprimento dos objetivos educacionais-sociais, pois se tornam preenchedores de documentos; entre outros de menor monta.

Além disso, há a resistência de setores da sociedade em mandarem seus filhos para os IF, já que foram contaminados pela doutrinação ideológica no país e entendem que pensar é sinônimo de comunismo, o que se torna um fator preponderante de redução do impacto ifiano em suas regiões. Contaminados pelas *fake news* e pelo devaneio do medo da doutrinação comunista – que obviamente é inexistente –, pais cerceiam a educação qualitativa dos filhos, mantendo-os na ignorância.

Por fim, a limitada compreensão de várias prefeituras e câmaras municipais sobre a importância de se ter um campus do IF em suas cidades, desperdiçando o potencial dessas instituições também devido a vieses ideológicos ou incompetência administrativa.

Há muito empenho pela frente para recuperar o potencial dos IF que passam tanto pelo Governo Federal e Ministério da Educação, quanto pela gestão institucional das unidades e a compreensão da população sobre a importância dessas instituições nas regiões em que estão instaladas, dada sua capacidade de gerar desenvolvimento.

Como alertaram os agentes que fizeram parte da implementação dos IF, o futuro dessa rede depende da capacidade social e política de garantir a democracia, a base orçamentária e a busca pela soberania constante, para que o país supere a maldição da submissão colonialista coordenada por sua própria elite. Para isso, em termos educacionais, a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é pedra angular.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISSIO, Beatriz. Norte da África e Oriente Médio: Os levantes populares e as mudanças nas relações com o Ocidente. **8º Encontro da ABCP**, Gramado-RS, 2012, p. 01-20.

BOTELHO, Teresa. Os Estados Unidos e a Primavera Árabe. **Relações Internacionais** Junho: 2011, nº 30, p. 117-127.

CARVALHO, Joaquim de. Exclusivo: o dia em que Moro ouviu de procuradora dos EUA a orientação para fazer o povo brasileiro "detestar o rei". **Portal 247**, 29 de abril de 2021.

CIAVATTA, Maria. Resistindo aos dogmas do autoritarismo. In. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola "Sem Partido": esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017, p. 7-16.

COLOMBO, Luiza Rabelo. A ofensiva ultraconservadora: uma análise da formação e atuação da Frente de Direita na Educação Brasileira. **Revista História & Luta de Classes**. Ano 14, nº 26, set. 2018, p. 74-85.

FIORUCCI, Rodolfo. Educação para o Futuro. In. GABRIEL, Fábio A.; MARTINEZ, Flávia W. M.; CARRERI, Márcio L.; SALIBA, Maurício (Orgs.). **Educação: tensões e desafios contemporâneos**. São Carlos-SP: Pedro & João, 2020, p. 183-198.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola Sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In. \_\_\_\_\_. **Escola "Sem Partido": esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017, p. 17-34.

HARARI, Yuval. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2016.

JUNIOR, Gilberto Rodrigues Borça; JUNIOR, Ernani Teixeira Torres. Analisando a crise do Subprime. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 15, N. 30, p. 129-159, Dez. 2008.

KANAAN, Gabriel Lecznieski. O Brasil na mira do Tio Sam: O Projeto Pontes e a participação dos EUA no golpe de 2016. **Anais do Encontro Internacional e**

**XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias.** Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2018.

KRUGER, Justin; dunning, David. Unskilled na Unaware of It: How Difficulties in Recognizing One's Own Incompetence Lead to Inflated Self-Assessments. **Journal of Personality and Social Psychology.** 1999, Vol. 77, No. 6., p. 1121-1134.

MARI, Cezar Luiz de; GRADE, M.. O senso comum e a educação em Antonio Gramsci: dimensões singulares da práxis. In: MARI, Cezar Luiz de; COELHO, Edgar Pereira; SANTOS, Geraldo Marcio Alves (Org.). **Educação e formação humana: múltiplos olhares sobre a práxis educativa.** 1 ed. Curitiba: CRV, 2012. p. 119-130

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista.** Vol. 4, nº 1, 2020, p. 1-19.

VALIM, Rafael. **Estado de Exceção: a forma jurídica do neoliberalismo.** São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

VIDOR, Alexandre; RESENDE, Caetana; PACHECO, Eliezer; CALDAS, Luiz. Institutos Federais: Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – Comentários e reflexões. In. PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Brasília / São Paulo: Fundação Santillana/ Moderna, 2011, p. 47-120.